

# A importância do envolvimento dos municípios na segurança pública

As cidades são capazes de identificar quem são os atores envolvidos em situações de violência e que contribuem para o aumento da criminalidade. É uma vantagem para atuar preventivamente e desenvolver ações de redução do crime



**Regina Esteves e Bruna Santos**

13 de agosto de 2019

O envolvimento dos municípios na segurança é relativamente recente na história da implementação deste tipo de política pública no Brasil. No início dos anos 2000, a criação do Plano Nacional de Segurança Pública, do Fundo Nacional de Segurança Pública, e do Sistema Único de Segurança Pública ampliaram a relevância do tema na agenda dos municípios e a alteração das regras do Fundo ampliou a oportunidade de cidades brasileiras pleitearem recursos para políticas com esse escopo de atuação.

Vivemos hoje um momento de “alargamento” conceitual e institucional da questão da segurança pública. Isso demanda o aprofundamento de trabalhos. É preciso que estudos e pesquisas analisem o setor da segurança a partir do ponto de vista das relações entre as instituições, os atores e as políticas públicas de segurança.

Considerando o Brasil como um dos países cujos índices de violência estão entre os mais expressivos do mundo, é objetivo afirmar que a segurança pública é uma das principais pautas em debate nas esferas da gestão pública.

Dados trazidos pelo *Atlas da Violência*, estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, registraram que, em 2017, 65.602 mil pessoas foram mortas no Brasil — um crescimento de 4,2% em relação ao levantamento anterior — sendo que 47.510 mil (72,4%) foram mortas por tiros.

Políticas efetivas envolvem não só processos de mobilização e de articulação de diversos atores sociais, mas também coordenação de ações intersetoriais e em diferentes níveis federativos. O papel das prefeituras na redução da criminalidade local deve ser compreendido, portanto, como parcela essencial para que este processo seja cumprido de forma efetiva.

Os municípios são capazes de identificar, de forma mais assertiva e localizada, quem são os atores envolvidos em situações de violência, e que contribuem para o aumento da criminalidade em um determinado território. Por meio desta identificação, obtém vantagem para atuar preventivamente e capacidade para desenvolver e focar políticas de redução do crime nas áreas mais afetadas pela violência urbana e também no público mais vulnerável.

MARCIO MELO/FOLHAPRESS



#### Vista área da cidade de Manaus, no Amazonas

Uma política integral de segurança pública passa pelos municípios. Para isso, não são apenas os dados de criminalidade que precisam ser monitorados. É preciso mapear e intervir nas causas que facilitam o envolvimento das pessoas em situações de violência e criminalidade. Por isso, é preciso estar atento aos fatores de risco associados a diferentes formas de violência, permitindo que o município aja efetivamente na prevenção com ações de educação, assistência social, saúde, esporte, cultura, empreendedorismo entre outras.

Ao compreender a dinâmica do ciclo de violência de seu município, e ao investir para que medidas redutivas sejam tomadas ao longo de um período determinado, acredita-se que resultados positivos são gradativamente obtidos.

A urgência de construirmos políticas públicas baseadas em evidências passa pela compreensão de como coletamos os dados. A dificuldade é que dados precisam de contexto e de um desenho sistemático e lógico, em que eles sejam interpretados e retroalimentem planos compartilhados de prevenção e combate a homicídios. Para que o conhecimento flua e nutra a esfera pública, precisamos de desenhos institucionais que respeitem e dialoguem com as evidências.

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-k3myc>

